



Universidade de Brasília - UnB
Instituto de Ciência Política - IPOL

**COMO JOGA A BANCADA EVANGÉLICA?
OS JOGOS DE AZAR E TEORIA DOS JOGOS**

Isaias Adriano Candido de Souza

Brasília - DF

2023

ISAIAS ADRIANO CANDIDO DE SOUZA

**COMO JOGA A BANCADA EVANGÉLICA?
OS JOGOS DE AZAR E TEORIA DOS JOGOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na disciplina Monografia em Ciência Política, na Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial para conclusão da graduação em Ciência Política no grau de Bacharelado.

Orientado por: Professor Doutor Frederico Bertholini

Brasília – DF

2023

RESUMO

A parcela evangélica da sociedade tem ganhado um espaço enorme na agenda política brasileira. O núcleo conservador de representantes desse setor no Congresso Nacional, a chamada bancada evangélica, ganha cada vez mais adeptos a cada legislatura. Apesar desse fenômeno, na literatura científica ainda existem lacunas quanto ao que de fato é a bancada evangélica e como esse grupo atua no Congresso. Este artigo tem como objetivo, por meio de um estudo de caso, mensurar a prioridade da bancada no congresso.

Palavras chaves: bancada evangélica, teoria dos Jogos, PL 442/1991, jogo do bicho, jogos de azar, cassinos

ABSTRACT

The evangelical section of the society has earned more space in the Brazilian politics agenda lately. The conservative core of representatives of this sector in the National Congress, the evangelical bench, gains more and more supporters at every legislative term. Despite this phenomenon, there are still gaps in the scientific literature as to what the evangelical bench in fact is and how this group acts in Congress. This article aims at measuring, by means of a case study, the priorities of this bench in Congress.

Key Words: evangelical bench, game theory, PL 442/1991, jogo do bicho, gambling, casinos

AGRADECIMENTOS

Agradeço

A Deus, por tudo;

À minha família, da matriarca Lusinete à novata Ana;

Aos meus amigos, por estarem aqui até hoje;

Ao meu companheiro, por me levar ao infinito e além;

e

Ao Clube de Regatas do Flamengo, por me proporcionar incontáveis alegrias.

Entrevistador: Ainda costuma jogar no jogo do bicho?

Zeca Pagodinho: É claro. Outro dia coloquei 100 reais e ganhei 1800. Ganho quase toda semana e distribuo o dinheiro pro cozinheiro, pro motorista, pra todo mundo. Já ganhei mais de 10.000 reais num só jogo.

Entrevistador: Então você é a favor da legalização do jogo do bicho?

Zeca Pagodinho: É ilegal?

(PAGODINHO, 2020)

Introdução

A agenda cristã conservadora tem ganhado um espaço considerável na vida pública dos brasileiros; seja na mídia ou na arena política, é inegável que tem se falado muito dessa pauta, tradicionalmente ligada mais à direita, nos últimos anos. Um grande exemplo da força dessa agenda na política brasileira é a vitória do candidato à presidência do PSL, Jair Messias Bolsonaro, em 2018. O candidato ganhou lugar de protagonista no pleito ao defender pautas conservadoras na economia e nos costumes.

Para além do executivo, a onda cristã conservadora também chegou no legislativo federal, elegendo, juntamente com Bolsonaro, muitos deputados que utilizaram sua religião como bandeira para garantir o voto da parcela cristã da sociedade. Na câmara dos deputados, o número de parlamentares evangélicos passa de 75 em 2014 a 85 em 2018¹. Esse aumento é só um reflexo da ampliação da pauta cristã na política brasileira; outra forma de analisar a força desse movimento, ainda, é observando o tamanho e a grau de atuação das frentes parlamentares e bancadas cristãs no congresso.

Por definição, as frentes parlamentares são associações temáticas de deputados e senadores, que tem como objetivo concentrar pautas da sociedade na arena política. Ao assinar uma lista para a criação de uma frente, os políticos mostram aos eleitores que estão comprometidos com temas defendidos em campanha. Dessa forma, se na campanha um candidato defendeu pautas cristãs como "Deus" ou "Família", faz sentido que ele assine a lista de criação da Frente Parlamentar Evangélica - FPE, por exemplo.

O objetivo das frentes, além de levar pautas existentes na sociedade para a arena política, é de promover o aprimoramento de um determinado setor da sociedade. Assim, por meio desses grupos, os representantes do povo conseguem articular a aprovação ou rejeição de dispositivos legislativos que versam sobre o tema de interesse da frente.

A FPE, em suma, é um importante exemplo de um grupo que agrupa pautas conservadoras no Congresso. Na mídia, é possível encontrar frequentemente

1

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/em-crescimento-bancada-evangelica-tera-91-parlamentares-no-congresso>

matérias que têm como título "O que pensa a FPE sobre tal tema". Com isso, tem-se que as frentes também são importantes para a mídia, já que elas identificam quais são os agentes públicos que lutam em prol de determinado assunto. O termo "frente parlamentar evangélica", contudo, é apresentado por vezes na mídia e na literatura da ciência política como sinônimo de "bancada evangélica", o que poderia criar uma noção de que esses dois grupos são, na verdade, o mesmo.

Uma diferenciação entre os termos, portanto, é necessária. Não só semanticamente, é preciso também ver na prática como esses grupos se organizam e atuam no dia-a-dia do Congresso Nacional. Com esse objetivo em mente, propõe-se aqui saber o que une e o que difere a FPE da Bancada Evangélica, conhecer seus membros e saber sua atuação, para enfim responder a pergunta: Qual a prioridade da Bancada Evangélica na Câmara dos Deputados?

A organização do trabalho se seguirá da seguinte forma: primeiro será apresentado as diferenças entre a Frente Parlamentar Evangélica e Bancada Evangélica; em sequência, com base na literatura, será apontado como a Bancada vota na Câmara; e, em terceiro lugar, a hipótese apresentada no tópico anterior será testada no contexto da 56ª Legislatura, por meio de um estudo de caso, para comprovar se o comportamento já registrado continua vigente.

Este trabalho surge não só com o objetivo de fomentar a produção acadêmica sobre a atuação dos evangélicos na política, mas também dar continuidade à conversa sobre este importante grupo atual. Contudo, apesar da crescente produção acadêmica sobre o tema, evidenciada no trabalho de Rodrigues e Cervi ([ANO], pp. 560-1), é ainda difícil saber o que este grupo *realmente* defende. Portanto, a escolha de uma matéria legislativa ainda em tramitação para o estudo de caso se faz na expectativa de que este trabalho seja relevante no entendimento das articulações que estão sendo feitas para a aprovação do projeto e dos grupos por trás desses jogos.

FPE VERSUS BANCADA EVANGÉLICA

As frentes parlamentares são associações temáticas institucionalizadas pelo Ato nº 69 de 10 de novembro de 2005. O objetivo para a criação institucional das Frentes é “promover o aprimoramento da legislação federal sobre determinado setor da sociedade”.²

As frentes podem solicitar, caso desejem, espaço físico para suas reuniões, com exceção de recursos orçamentários como contratação de pessoal e passagens aéreas. Elas são constituídas ao longo de cada legislatura e, para que de fato sejam devidamente reconhecidas como frentes parlamentares, precisam de no mínimo um terço de assinaturas de todos os parlamentares do Congresso Nacional. Devido a este critério, fica evidente que as frentes são compostas por parlamentares de diversos partidos, muita das vezes por partidos antagônicos.

De 2005 para cá, as frentes ganharam uma grande projeção midiática. Na Câmara dos Deputados, o número de frentes parlamentares saltou de 99 em 2007 para 306 em 2015 (CASCIONE, 2018, p. 9). Na grande mídia, ganharam espaço e por isso não é raro encontrar reportagens que têm como título o posicionamento de alguma frente sobre assuntos que lhe caibam. Contudo, a academia ainda engatinha no que diz respeito a responder às perguntas que cercam a existência desses grupos de parlamentares. Dessa forma, urge que mais trabalhos acadêmicos versem sobre o tema para que perguntas cada vez mais complexas surjam no estudo da ciência política, levando-nos a entender com maior precisão como o poder político brasileiro funciona.

No início de cada legislatura, há uma correria no Congresso para que os deputados que apresentaram pedidos de criação de frentes consigam o número suficiente de assinaturas para a sua constituição oficial. A correria é tanto presencial – com os assessores ou até mesmo o próprio parlamentar conversando com seus colegas pedindo apoio para a criação de sua frente – quanto online, onde por meio de grupos do Whatsapp assessores e outros membros de gabinetes trocam mensagens compartilhando as frentes que seu parlamentar pretende criar, os códigos de registro, siglas e outras informações pertinentes. Os grupos substituem o

² Ato da Mesa nº 69 de 2005. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/int/atomes/2005/atodamesa-69-10-novembro-2005-539350-publicacaooriginal-37793-cd-mesa.html>

famoso "boca a boca" e possibilita por meio da tecnologia uma maior colaboração entre os gabinetes.

Os parlamentares podem criar frentes a qualquer momento da legislatura, mediante comprovação dos critérios já descritos. No entanto, há uma urgência para que elas sejam criadas no início do mandato para que eventos relativos à frente parlamentar – tais quais reuniões, almoços, cultos – possam ser realizados. Ademais, a própria criação e participação nos eventos mostram engajamento do parlamentar com os temas defendidos na campanha eleitoral. De certa forma, há uma pressa para mostrar o que comumente é chamado na literatura de *accountability*.

A correria por assinaturas pode revelar que os parlamentares por vezes assinam a folha de criação de uma frente sem que o tema desta seja de fato algo que lhe interesse, ou que seja uma bandeira por ele levantada durante a campanha. Podemos também pensar que assinaturas podem ser usadas como moedas de troca, em um esquema de "uma mão lava a outra", como é observado por Araújo e Silva:

"É interessante destacar que foi consolidado costume mediante o qual os parlamentares assinam a lista de membros a ser apresentada de muitas frentes, mesmo que não tenham ligação com o tema específico ou a área de atuação do grupo, nem pretendam ter. Num esquema de jogos repetidos, a imposição regimental da composição com um terço dos parlamentares gera o entendimento de que o parlamentar deve, em princípio, integrar a frente em processo de coleta de assinaturas, pois pode precisar desse mesmo apoio quando decidir liderar a criação de frente de seu interesse" (ARAÚJO & SILVA, 2016, p. 7).

Dentre as frentes parlamentares mais famosas encontra-se a Frente Parlamentar Evangélica - FPE. Sobre ela é fácil encontrar pelas redes sociais diversos comentários jocosos, sendo umas das brincadeiras mais populares a que tem por sigla BBB: "Bancada do Boi, da Bala e da Bíblia", que é usada para agrupar interesses comumente defendidos pela parcela mais conservadora do congresso. A FPE estaria representada na palavra "bíblia", juntamente com os católicos.

A Frente Parlamentar Evangélica foi criada em 2003 na 53ª Legislatura, com 60 membros, sendo 57 deputados e 3 senadores (GONÇALVES, 2016, p. 84). Sua inscrição foi oficializada na Câmara por meio do Ato nº 69 de 2005.

Na última formação da FPE, na 56ª Legislatura da Câmara dos Deputados, ela foi composta por mais de 80% dos partidos com representação na Casa. A composição da Frente comportou tanto o Partido Social Cristão, obviamente, como os antagônicos Partido Liberal e Partido dos Trabalhadores. Seguindo a distribuição do próprio Congresso, a Frente é majoritariamente formada por homens, sendo as mulheres representadas por pouco mais de 15% dos parlamentares.³

Entretanto, antes de o Ato nº 69 formalizar a existência das frentes e da própria FPE existir, a Bancada Evangélica já existia no Congresso.

"a partir da assembleia nacional constituinte que teve o início da "Bancada Evangélica" após o período de redemocratização, momento em que os evangélicos decidiram ingressar em maior número (na política). Tratava-se de um grupo pluripartidário, com parlamentares que eram membros de diversas denominações evangélicas, sendo a maioria de tradição pentecostal" (ORO, 2006 *apud* GONÇALVES, 2016, p. 81).

Os anos 1980 marcam não só o surgimento da Bancada Evangélica, mas também o apogeu midiático e político de uma das maiores igrejas pentecostais do Brasil: a Igreja Universal do Reino de Deus.⁴

Quanto ao surgimentos dos parlamentares eleitos pelos evangélicos para atuar em prol dos valores da igreja, Leonildo Campos destaca que

³ Disponível em:

<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/05/5009738-bancada-evangelica-ja-alcanca-80-dos-partidos.html>

⁴ A igreja Universal do Reino de Deus, comandada pelo Bispo Edir Macedo, conseguiu grande relevância e notoriedade principalmente nas favelas do Brasil por conta das localidades das igrejas da denominação e por conta da aquisição da TV RECORD, canal popular da TV aberta, em 1989. Na política, desde a redemocratização, a igreja criou uma consciência estrategista perante o poder público que tem como objetivo proliferar os valores da igreja. A forma de articulação dessa denominação consiste em apoiar candidatos que têm como norte não só Cristo, mas a Igreja Universal do Reino de Deus, assim sendo, os parlamentares quando eleitos têm como dever atuar em prol da manutenção dos templos. Assim aponta Leonildo Campos (2002, p. 15): "Nas grandes cidades a Igreja tem dividido os templos entre os seus candidatos oficiais. Essas 'paróquias' se comportam como se fossem 'distritos eleitorais' fechados a outros candidatos, estranhos ou da própria Igreja. A juventude não somente faz boca de urna como participa também de concentrações, pedágios e mutirões para a distribuição de propaganda de seus candidatos. Há um policiamento eleitoral nos templos para impedir a aproximação de candidatos estranhos aos planos da direção da Igreja."

"[e]ssa nova geração de políticos evangélicos nasceu em um contexto de crescimento da presença pentecostal no Brasil, que fez os evangélicos pentecostais saírem do território marginalizado em que se situavam, para assumir uma atuação mais sistemática e calculada no panorama político. Assim apareceram as 'bancadas evangélicas', formadas pelos 'políticos de Cristo' de origem pentecostal" (CAMPOS, 2002, p. 7).

O teórico também ressalta que a igreja criou a locução adjetiva "de Cristo" para identificar socialmente todos aqueles que seguiam seus valores. Assim, surgem os "os políticos de Cristo", parlamentares evangélicos que têm cristo e a igreja como um fim (CAMPOS, 2002, p. 7) – ou um ponto de partida, tornando-se assim a locução de "de Cristo" em um gentílico, tendo em vista que eleição desses parlamentares está diretamente ligada ao apoio das igrejas evangélicas. Desse modo, todos esses parlamentares "de Cristo" eram os que compunham a Bancada Evangélica no Congresso.

A literatura sobre o tema traz que os dois termos, FPE e Bancada Evangélica, são vistos como iguais semanticamente.

"Seu nome oficial é Frente Parlamentar Evangélica, mas essa frente é correntemente chamada de bancada evangélica pela mídia, pela literatura científica, pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) e por seus próprios membros" (PRANDI & SANTOS, 2017, p. 187).

Dessa forma, é preciso pontuar que a Frente Parlamentar Evangélica e Bancada Evangélica não serão usadas aqui como sinônimos, tendo em vista 1) a natureza suprapartidária da FPE, 2) as múltiplas identidades que lá coabitam e 3) a literatura de partidos políticos, que aponta a fidelidade a alta fidelidade partidária por parte dos parlamentares.

O que parece é que a equiparação entre ambos os termos feita pela mídia e a literatura científica na verdade atrapalha o entendimento sobre eles, cria uma noção falha de como a bancada realmente é e supervaloriza a opinião e o voto daqueles que compõem a bancada. Ou seja, a referência, quando se fala em bancada

evangélica, é a Frente Parlamentar Evangélica, grupo robusto no papel, com nome e sigla reconhecidos e com posição ideológica claramente definida.

Em verdade, a Bancada Evangélica é um grupo bem menor do que os 203 parlamentares da FPE. O número de parlamentares que fazem parte dela, na visão do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, é de 85 deputados (DIAP, 2018). O número cai drasticamente porque o DIAP não utiliza como metodologia para contagem as assinaturas angariadas para a criação da frente: utiliza, entretanto, as filiações dos deputados às igrejas – isto é, suas denominações como são chamadas no ramo protestant. Além disso, é preciso considerar que pela exigência de um terço de assinaturas para a composição de frentes, há parlamentares que na verdade não se identificam com o tema, mas que apoiam a criação da FPE mesmo assim, além de também contribuírem para a criação de outras Frentes Parlamentares.

Em suma, a FPE é, na visão aqui apresentada, um agregador de parlamentares que 1) podem ou não ter ligação com a temática cristã, 2) podem ou não ser evangélicos e 3) podem ou não pertencer a alguma denominação eclesial, devidamente formalizada pela Mesa. A Bancada Evangélica se insere, portanto, no contexto da FPE e é composta por deputados fervorosos na defesa de um argumento cristão conservador, uma vez que esses parlamentares da bancada se identificam como cristãos e representam uma igreja.

Um ponto em comum entre a FPE e a Bancada é sua presidência. Ela aponta a quem se deve procurar para entender a pauta cristã no congresso. Além disso, os dois presidentes da FPE na 56ª Legislatura foram de denominações amplamente conhecidas pelo brasileiro: a Igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo e a Assembleia de Deus Ministério da Madureira, informação que reforça o metodologia escolhida pelo DIAP na categorização da bancada.

Por fim, é preciso pontuar que a hipótese de separação entre os termos aqui defendida não busca, de nenhuma forma, menosprezar ou supervalorizar um em detrimento do outro. Ambos apontam agrupamentos existentes no Congresso e são, portanto, legítimos. O que está sendo defendido aqui é a separação semântica dos termos, para que eles não sejam usados arbitrariamente sem antes uma reflexão acerca da forma de mobilização e atuação na arena do legislativo brasileiro.

QUAIS AS PREFERÊNCIAS DA BANCADA E COMO ELA VOTA

Pontuadas as diferenças entre FPE e Bancada Evangélica, é hora de mostrar como a Bancada vota e quais são suas preferências legislativas.

A direita na política brasileira, durante a redemocratização, passou um período envergonhada. Por conta do medo que a população sentia da ditadura, associações que remetiam ao conservadorismo e à direita não eram bem-vistas na sociedade. É o que constata a pesquisa realizada por RODRIGUES, 1987, p. 99 *apud* QUADROS, M; MADEIRA, R. 2018. p. 486), nela parlamentares evitaram se posicionar em posições mais radicais, como extrema-direita.

Porém, em 2014, o jornal Folha de São Paulo aponta que o conservadorismo ganhou força no congresso nacional. Esses dados conversam com os dados apontados por RODRIGUES, R e CERVI, E p. 564, que mostram que em 1980 os evangélicos eram 3,4 por cento da população, já em 2010, somam-se 22,2% dos brasileiros. O que esses números indicam é que da década de 80 para cá, os conservadores ganharam mais espaço e força na arena social-política brasileira, conseqüentemente mais representação no congresso, conforme já foi apontado aqui.

Pautas como a legalização do aborto, liberação do uso da maconha medicinal, acesso à igualdade de pessoas da comunidade lgbtqiap+ foram intensamente atacadas pelos evangélicos durante os governos petistas. O famoso "Kit gay", que nada mais era que um cartilha a ser distribuídas nas escolas com a pretensão de educar contra a homofobia, foi duramente criticado pelos membros da bancada evangélica e utilizado como exemplo de palanque eleitoral por políticos⁵, a fim de garantir os votos evangélicos e impedir a ascensão de pautas progressivas no país. A lógica desse grupo era usar do medo para angariar votos.

Além de estudar o Congresso Nacional brasileiro, para se fazer uma boa análise política, às vezes, é necessário voltar os olhos para o outro lado da praça

⁵ Um exemplo marcante para muitos brasileiros dessa prática foi protagonizado por Jair Bolsonaro em campanha em 2018, o então presidencialista mostrou durante entrevista ao vivo no Jornal Nacional um livro que ensinava sobre reprodução sexual. Bolsonaro após a entrevista afirma que o livro fazia parte do "kit gay" e que ele ensinaria crianças sobre identidade de gênero.
https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/08/28/interna_politica.984245/bolsonaro-condena-kit-gay-tenta-expor-material-na-tv-e-e-repreendid.shtml

dos três poderes. A relação entre o Executivo e o Legislativo tem sido por muitos anos estudada, isso porque a força do Executivo brasileiro é indubitável.

O termo presidencialismo de coalizão, cunhado por Sérgio Abranches (1998), foi criado para explicar o movimento de apoio intrínseco do sistema político brasileiro. Resumidamente, o Executivo busca por meio de favores consolidar o apoio dos partidos que compõem sua base aliada, além de aproximar partidos que não desejam fazer parte da base, mas que também não querem fazer parte da oposição. Nesse sentido, a troca de favores é realizada por meio de indicação a ministérios, agências reguladoras, entre outras estruturas do Executivo. Além disso, outra forma de ajuda pode ser oferecida: financeira, por meio de emendas orçamentárias, que garantem ao deputado ou partido condições de executar projetos no estado que representam.

Afinal, se um partido receber esse favor do Executivo, ele fará parte da coalizão e uma contrapartida será esperada. A coalizão não é sempre garantida nem eterna, por isso, de quando em quando e a depender da situação da época, o apoio é revisto.

Isto posto, é comum que cientistas políticos ao fazerem uma análise sobre o congresso nacional busquem saber algumas informações sobre os agentes interessados, como, por exemplo, onde aquela parte interessada se posiciona: a favor ou contra o governo? Se a favor, ela faz parte da base ou da coalizão? Com esse princípio, para analisar como vota a Bancada Evangélica, busca-se saber qual sua posição em relação ao Executivo.

A priori, é necessário pontuar que a análise que se seguirá doravante terá como referência, tanto quanto possível, a Bancada Evangélica eleita para a 56ª Legislatura na Câmara dos Deputados. Nos casos em que, por conta de lacunas na literatura, for preciso utilizar material com bases em outras Legislaturas, far-se-ão por meio de conclusões mais gerais sobre o tema, as quais independem do marco referencial proposto.

O voto evangélico em 2018 foi sem dúvidas a favor do governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro e também de sua candidatura à reeleição em 2022, no Congresso a Bancada também se posicionou a favor do governo, segundo dados do Congresso em Foco, o índice de apoio ao governo foi de 89%, maior que o

registrado na Câmara como um todo, 76%⁶. Resta saber como o Executivo recompensa a Bancada, qual é a moeda de troca para o apoio e quais são as matérias que recebem tal auxílio. Sobre o porquê de a bancada apoiar o Executivo, Santos & Sampaio apontam que,

[n]o caso dos parlamentares evangélicos,[...] existem fracas evidências que eles de fato se comportam estrategicamente em relação ao Executivo em troca de benefícios especificamente orçamentários, o que a princípio não quer dizer muito, em especial levando-se em consideração que os benefícios não se resumem apenas à execução de emendas que compreendem somente 1% de todo o orçamento, e sim, a possíveis apoios políticos governamentais junto às suas respectivas bases eleitorais (SANTOS & SAMPAIO, 2015, p. 205).

Entende-se, portanto, que os parlamentares enquanto Bancada Evangélica votam conforme a intenção do Executivo não visando apoio financeiro, mas sim apoio político. Ou seja, em vista de ações como políticas públicas que concernem valores morais, o chefe do executivo deve lembrar-se do apoio da Bancada, já que pautas morais talvez sejam as pautas mais caras para o eleitorado evangélico. Vide a grande mobilização que surge quando alguma pauta progressista que versa sobre o avanço dos direitos reprodutivos ou a promoção da igualdade entre pessoas da comunidade LGBTQIAP+ são colocadas para tramitação.

O apoio da Bancada não é eterno; tem-se então que ela não vota com o Executivo. Esse tipo de apoio pode sim acontecer, mas a orientação virá por conta do partido do parlamentar e não do desejo da Bancada. Sobre essa questão, Santos & Sampaio trazem que:

“quase não há apoio algum às pretensões do Executivo. O que, além de revelar a força dos valores religiosos na determinação do comportamento parlamentar, demonstra peremptoriamente o nível de coesão, articulação e homogeneidade existente entre os adeptos da Frente quando se trata de questões de interesse religioso. [...] É grande a possibilidade de discordância não apenas para com as orientações político-partidárias como também para com o Poder Executivo. Neste caso, considerando que eles não parecem se

⁶ Disponível em:

<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/bancada-evangelica-e-fiel-a-bolsonaro-em-89-das-votacoes-2/>

importar muito com os riscos políticos envolvidos de um posicionamento declarado contra o detentor dos benefícios (SANTOS & SAMPAIO, 2015, p. 213).

A partir das conclusões dos autores, nota-se que, quando há discordância entre os valores evangélicos e as pautas apoiadas pelo executivo, os membros da Bancada Evangélica não temem em ser oposição à matéria, mesmo que isso signifique também contrariar suas lideranças partidárias e mesmo que o risco político seja alto, tendo em vista a briga que o partido compra é com o Executivo, o qual em outro momento poderia ser um aliado. Essa conclusão novamente atesta o peso que os valores críticos têm no voto de um membro da bancada. Eles, portanto, são os primeiros levados em consideração durante apreciação de matérias e votos.

A Bancada atua e tem como norte a defesa dos valores morais religiosos. Porém, é sabido que a política não é pautada apenas pela busca por agradar o eleitorado. Há sempre momentos de frustrações da população com seus respectivos representantes eleitos.

Desse modo, proponho um estudo de caso para mostrar qual é a preferência evangélica diante de negociações mais acirradas e que envolvem pautas caras aos seus eleitores. O objetivo, portanto, é analisar qual o grau de prioridade que é atribuído aos projetos em tramitação.

SEÇÃO METODOLÓGICA

A partir do exposto acima, a respeito da complexidade envolvendo não somente os termos que frequentemente são usados para definir os grupos críticos na esfera política nacional, como também envolvendo a construção de agenda e tomada de decisão desses agentes, proponho uma análise de um caso envolvendo a Bancada Evangélica, para que se possa entender qual é a prioridade desse ator dentro das múltiplas negociações que ocorrem no congresso diariamente. O estudo, dessa forma, servirá de base para que se possa mensurar as pautas sob a ótica da bancada evangélica envolvendo um caso concreto e atual para que se possa, por fim, entender melhor como funciona esta que é uma das maiores bancadas do Congresso.

Metodologicamente, a escolha do uso do estudo de caso se faz necessária aqui pois a somente a revisão de literatura a respeito da bancada, registrada por vários autores ao diacronicamente, pouco seria útil para a leitura e interpretação dos movimentos desses agentes que hoje atuam na câmara. Ademais, seria difícil mensurar os *payoffs* de um movimento da bancada sem uma ilustração proveniente justamente de um estudo de caso.

Em vista disso, o uso do estudo de caso, na visão de Maoz (2002, p. 162-164 apud MACHADO, D. p. 4), se justificaria na construção de uma lógica que explica fenômenos da sociedade.

"Dentre essas vantagens, o autor sugere, por exemplo, que os estudos de caso seriam mais adequados para pesquisas que buscam compreender contextos sociais, ao possibilitar a explicitação de um processo de forma a construir uma história; que eles seriam particularmente úteis para revelar não eventos e não comportamentos e suas respectivas características; e que eles poderiam contribuir para a comparação sistemática, ao permitir a combinação, dentro de um mesmo desenho de pesquisa, de análises exploratórias e confirmatórias." (MACHADO, D. p. 4)

Além disso, o estudo de caso facilita a compreensão de um determinado tema, e com isso ajuda na propagação da ideia defendida, e também auxilia na transparência das escolhas aqui realizadas. (LUIPIA; ELMAN, 2014, p. 21 apud MACHADO, D. p. 5).

A análise do estudo de caso é realizada com base na teoria dos jogos, com ênfase na teoria do jogo sequencial e do *backward induction*, os métodos garantem um entendimento de decisões a ser tomadas com base na colaboração e no entendimento de que agentes racionais visam um *payoff* maior em momentos estratégicos, ou seja, uma decisão será tomada com base na lógica da ação.

Por fim, a representação em árvore foi escolhida para ilustrar a tomada de decisão da bancada evangélica, com o objetivo de criar uma proto-formalização do jogo sequencial que teria sido adotado pela bancada. Essa escolha foi feita com base na melhor forma de ilustrar decisões complexas, e também para continuar com o princípio da transparência adotado e justificado acima no porquê do uso de um estudo de caso. Por conseguinte, é importante frisar que com base no que aponta,

(CÂMARA, S, 2011. p 31), na representação imagética de um jogo sequencial, "a representação é feita através de árvores de decisões".

ESTUDO DE CASO – PL 442/91

O PL 442/91, de autoria do deputado Renato Vianna, que dispõe sobre a exploração de jogos e apostas em todo o território nacional; altera a Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984; e revoga o Decreto-Lei nº 9.215, de 30 de abril de 1946, e dispositivos do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais), e da Lei nº 10.406, de 19 de janeiro de 2002 (Código Civil). Em suma, o PL retira o jogo do bicho e outros jogos de azar do rol das contravenções penais, prevendo anistia a todos os condenados por tais práticas e, por fim, cria o marco regulatório dos jogos no Brasil, permitindo o surgimento de *resorts* para cassinos e corridas de cavalo no país.

Este projeto de lei foi escolhido para ser analisado neste trabalho porque ele não pretende apenas regularizar algo que já existe no país há anos no país: o jogo do bicho. Ele também regulamenta todo um setor até então inexplorado.

Este PL, então, se trata de uma das maiores revoluções na indústria de serviços, turismo e comércio do Brasil. Isso porque é inegável que os cassinos impactariam a rotina e a vida de milhões de brasileiros, já que a implementação desses espaços proporcionariam novos empregos, novo tipo de divertimento e novas oportunidades de negócios.

Por conta disso, é preciso que analisemos enquanto é tempo todas as nuances da tramitação do PL 442/91. E umas das nuances que mais chama a atenção até o momento foi a relação da bancada evangélica e seus líderes ante ele.

O projeto recebeu despacho para as comissões de turismo, do trabalho, do esporte, de tributação e de constitucionalidade. Por ter sido despachado para mais de três comissões de mérito, foi criada uma comissão especial para analisá-lo. Ele foi aprovado na Câmara dos Deputados no dia 24 de fevereiro de 2022 e sua aprovação veio com muito debate por conta da natureza da matéria, que há muitos anos tramita no plenário brasileiro sem avanço. Além disso, os jogos de azar,

principalmente o jogo do bicho, têm uma histórica cena em comunidades mais carentes do país.

Para entender a aprovação deste PL na Câmara, é preciso analisar três fatores de importância: a oposição da bancada evangélica, a posição do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP/AL), e a PEC 200 de 2016 de autoria do então senador Marcelo Crivella, bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus.

Tradicionalmente contra o tema, por não ser de acordo com os preceitos da igreja, já que incita o vício, a Bancada se pronunciou publicamente contrária à matéria por meio do seu presidente à época, Deputado Sóstenes Cavalcante (PL/RJ). O Deputado na tribuna da Câmara discursou dizendo que a FPE se manifestava contra o PL 442/91, apontou que a possível geração de empregos em vista da criação de centro de jogos, famosos cassinos, acarretaria no fim de outras indústrias culturais. Além disso, os cidadãos de renda baixa seriam os mais prejudicados com a aprovação do PL, por conta do vício, isso implicaria em mais famílias sem ter o que comer.

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP/AL), eleito para o biênio 2020-2022, trouxe em sua campanha o PL 442/91, o objetivo era a aprovação do PL. Na visão do deputado, bingos e cassinos existem há tempos e o Estado, ao não regulamentá-los, permite que se originem práticas ilícitas próprias do mercado paralelo, como a lavagem de dinheiro. O deputado também aponta que há um potencial imenso na exploração dos jogos.⁷ O compromisso de Lira foi reafirmado em setembro de 2021, quando o presidente criou um grupo de trabalho especialmente para analisar o projeto⁸, que até então estava parado desde junho de 2019 na Casa. O grupo formado reuniu 10 parlamentares, sendo 4 destes da FPE.

Após o período de trabalho do GT, foi apresentado, no dia 16 de dezembro de 2021, um pedido para apreciação da matéria em urgência pelos líderes dos partidos. O requerimento precisava de dez por cento dos votos dos parlamentares, ou dos líderes dos partidos que representam esse número. Orientaram a votar contra o REQ nº 5358/2016 apenas os partidos PSC e PSB; os outros partidos ou orientaram

⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3-3FT6xmZTQ>

⁸ Disponível em:

<https://www.poder360.com.br/congresso/lira-cria-grupo-de-trabalho-para-analisar-projeto-que-legaliza-jogos-de-azar/>

a favor ou liberaram a bancada; o governo orientou a favor; e a oposição não se manifestou. O placar final foi de 293 a favor, 138 contrários e 11 abstenções. O total de presentes na sessão foi 443 deputados.

Aprovado o REQ 5358, a votação do PL 442/91 voltou ao plenário no dia 23 de fevereiro de 2022, após o retorno do recesso parlamentar. O PL teve 246 votos a favor, 202 contrários e 3 abstenções, em um quórum total de 452 deputados. O resultado decretou sua aprovação em Plenário.

No dia 16 de dezembro de 2021, mesmo dia da apreciação do requerimento 5358, para a apreciação do PL dos Jogos em regime de urgência, foi votada a PEC 200/2016, outra peça chave para que se entenda a aprovação do projeto de lei 442/91.

A Proposta de Emenda Constitucional de autoria do então senador Marcelo Crivella (Republicanos/RJ) pretendia acrescentar § 1º-A ao art. 156 da Constituição Federal para prever a não incidência sobre templos de qualquer culto do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), ainda que as entidades abrangidas pela imunidade tributária sejam apenas locatárias do bem imóvel. A medida, portanto, beneficiaria as igrejas – nesse caso, em especial a igreja evangélica, já que a medida impedia que se incidisse a cobrança do IPTU em prédios alugados para fins religiosos. Essa exoneração já ocorria quando o prédio era da igreja; porém, em templos alugados a cobrança permanecia.

Por se tratar de uma PEC, a emenda precisou de uma articulação maior para ser aprovada – mais precisamente 308 votos, no mínimo. A proposta foi votada e recebeu 393 votos a favor, 37 contrários, 4 abstenções em um quórum de 434 deputados, sendo por fim aprovada. Esse apoio pode ter vindo justamente de Arthur Lira, ao apreciar o requerimento de inclusão na ordem do dia, petição esta que vinha sendo requerida desde 2019, e ao garantir a aprovação da proposta.

Nesse contexto, surge uma pergunta: A Bancada Evangélica negociou a aprovação da PEC 200/2016 para que fosse votado o PL 442/91? É certo que não será possível comprovar que tal manobra aconteceu, tendo em vista que tal comprovação só pode vir dos deputados envolvidos: o presidente da Casa (Arthur Lira), o presidente da FPE à época em que o PL 200/2016 foi pautado (Cezinha Madureira, PSD/SP), e o presidente da Frente em 2022 (Sóstenes Cavalcante), quando o PL 244/91 foi aprovado.

O mais próximo que conseguimos chegar de uma possível comprovação dessa articulação é um suposto comentário do Pastor Silas Malafaia, da Igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo, um dos pastores mais conhecidos do Brasil e apoiador da eleição do Deputado Sóstenes à presidência da FPE. O comentário pode ser encontrado em vários sites e jornais, mas é impossível localizar sua origem ou averiguar a veracidade do comentário exposto. Malafaia fala que Cezinha Madureira

“fez acordo de pauta, sim, senhor. É uma vergonha um líder de bancada evangélica fazer acordo de pauta para jogos de azar. A prova do acordo é que a PEC do IPTU está na pauta. Ele é cínico. Ele que assuma a besteira que ele fez” (RAMOS, 2021).

Contudo, não podemos chegar a conclusões asseguradas com base nessa afirmação. A questão principal nesse artigo, no entanto, não é entender se houve ou não acordo, mas sim o que motivaria tal ação.

A Teoria dos Jogos pode fornecer um caminho para entender o porquê do acordo entre Lira e o núcleo mais conservador da FPE, a quem chamamos aqui de Bancada Evangélica. O método escolhido é o *backwards induction*, método que diz que, por meio da racionalidade, o agente da ação buscará sempre maximizar os ganhos oriundos de uma consequência – ou seja, um *payoff* maior.

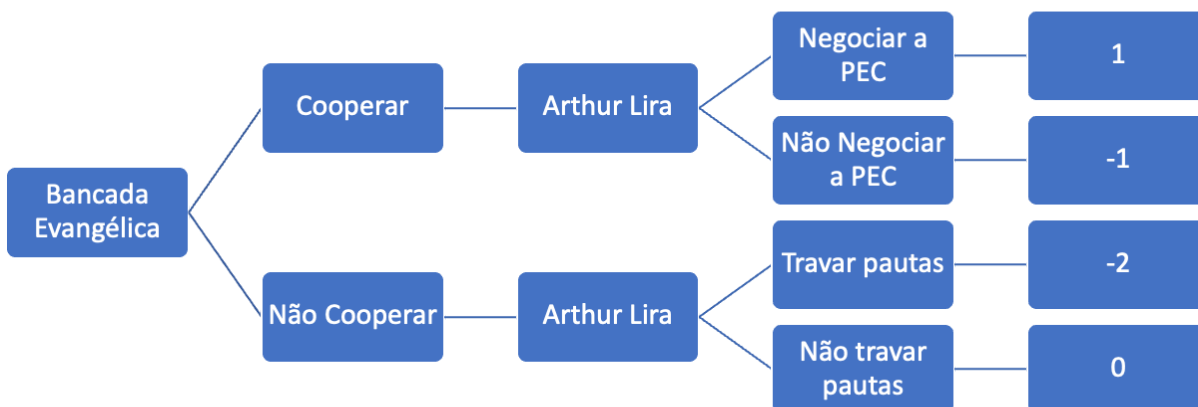
Vejamos. Inicialmente haveria dois movimentos para a bancada: cooperar ou não com Lira ao votar o PL 442/91. Como é um jogo sequencial, estamos lidando com dois jogadores: Bancada e Lira, isso porque a escolha da bancada necessariamente implicará em uma reação do presidente da câmara dos deputados.

Se os deputados decidirem cooperar com o PL, a cooperação agora abre duas opções para o adversário Arthur Lira: negociar a aprovação da PEC 200/2006 ou não negociá-la. O *payoff* para a bancada na primeira opção é positivo já que, apesar da negociação do PL dos jogos, ela garante a aprovação da PEC, que impede taxaço de IPTU sobre templos religiosos alugados – uma grande vitória para a Bancada, certamente o suficiente para que o *payoff* seja (1), ou seja positivo, visto que eles ganhariam o prestígio de Lira e aprovariam a PEC. O lado negativo desta opção seria o descontentamento dos eleitores; porém, este só se concretizaria

se os eleitores descobrissem a negociação – algo que, como já foi apontado, só viria à tona a partir de uma declaração de uma das partes envolvidas.

O *payoff* da cooperação com o PL e o da não negociação da PEC é negativo (-1), pois os parlamentares da bancada cooperaram com o PL e não ganham nada em troca proveniente da negociação da PEC.

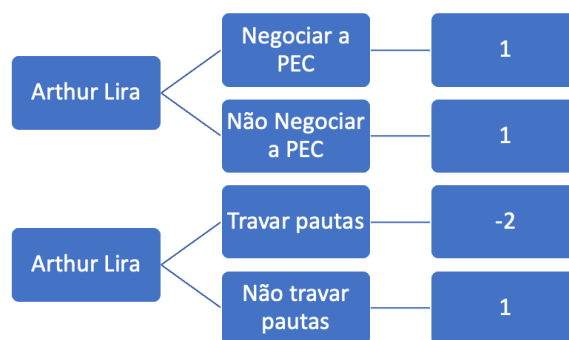
Se optarem por seguir o caminho da não cooperação com o PL, surgem duas opções para Lira: travar ou não travar pautas de interesse para a bancada, já que o presidente da casa tem o poder de decidir quais matérias serão votadas em plenário. O caminho em que Arthur trava pautas é claramente o pior de todos aqui apresentados, pois perdem o apoio do próprio Lira e ainda, como retaliação, o presidente não os deixam aprovar pautas importantes como por exemplo a PEC 200/2006. Atribuímos a essa escolha valor de (-2), ou seja, negativo. Já na segunda opção de Lira no caminho da não cooperação, os deputados não cooperam com o PL e Lira não trava pautas. Tal caminho tem resultado neutro (0), dado que no fim das contas eles ganham por um lado – não aprovam o PL dos jogos, conseqüentemente, não arriscam o descontentamento do eleitorado – e perdem por outro – não aprovam a PEC, um benefício para o seu eleitorado.



A representação acima do jogo tem como objetivo mostrar os caminhos para a bancada evangélica, dessa forma, os *payoffs* são focados na perspectiva dessa grupo. Isso não quer dizer que Lira não tenha um *payoff* próprio em cada uma das alternativas, pelo contrário, ele tem.

No primeiro caminho, o *payoff* de Lira é positivo pois ele diante de uma negociação obtém êxito em sua tentativa e o PL dos jogos é aprovado, a negociação com a PEC não lhe traz pontos negativos, assim temos que nesse caminho, para Lira o *payoff* é de (1), no caminho em que eles não negociam a PEC, o *payoff* continua igual para o presidente, contudo, como já foi mostrado não faz sentido para a bancada.

No caminho em que a bancada não coopera, resta à Lira retaliar tal opção, ao travar pautas, Lira recebe um *payoff* negativo, pois não aprova uma matéria que tanto quis aprovar e também pode perder apoio em sua campanha à reeleição na Casa legislativa em 2023. Atribuimos o *payoff* (-2) para esse caminho. Agora se ele não travar pautas importantes para a bancada, o *payoff* melhora, já que esses deputados não teriam motivo para boicotar a candidatura do presidente, apesar disso o *payoff* ainda é negativo (-1), pois ele não conseguiu aprovar o PL dos jogos.



Conclui-se com o *backwards induction* que a melhor opção para os deputados da Bancada Evangélica na votação do PL 442/91 seria o de cooperar com o presidente da Casa, Arthur Lira, para que conseguissem a aprovação da PEC 200/2006. Além disso, tendo em vista que na perspectiva do jogo sequencial, ambos os jogadores almejam o melhor resultado possível, para Lira o melhor caminho seria o que há a cooperação.

É possível, por meio deste estudo de caso, também concluir que a Bancada Evangélica tem em mente a igreja e seus valores na hora das votações das matérias. Se, porventura, em determinada situação convergir de serem pautadas matérias que são importantes para seus eleitores, e os parlamentares da Bancada

tiverem que fazer uma escolha, ela será feita com base no *payoff* que cada matéria implicar, vencendo aquele que garantir um *payoff* maior.

Observa-se também que, por meio de uma perspectiva moral, a Bancada optou por seguir o caminho que contrariaria seus princípios: cooperar para a aprovação de um projeto de lei que desagrada a Deus. Porém, essa escolha pode ser justificada perante os eleitores ao se apontar que eles tiveram que tomar essa decisão para garantir a existência dos templos e, por conseguinte, a propagação do evangelho. Dessa forma, ao terem de fazer uma escolha, falou mais alto as pautas corporativas/empresariais, ou seja, de suas denominações, garantindo a existência física da igreja, sendo esta mais importante que seus valores morais.

Essa mesma conclusão é observada por Campos:

É interessante também observar que o comportamento dos “políticos de Cristo” não passa pela valorização do sistema partidário e nem de possíveis ideologias políticas. Pesa no comportamento deles, enquanto políticos, as demandas corporativas oriundas de suas respectivas igrejas. (CAMPOS, 2002, p. 7).

CONCLUSÃO

Diante do exposto, conclui-se que, apesar do que é visto na mídia e na literatura científica, Bancada Evangélica e FPE não podem ser vistas como a mesma coisa, isso porque, como é observado pela DIAP 2018, a Bancada Evangélica é um grupo formado por uma parcela dos apoiadores da FPE. Essa parcela, na 56ª Legislatura, seria composta por 85 parlamentares, não somente evangélicos, como também representante de grandes denominações de igrejas no Brasil. Isto posto, é preciso que a literatura sobre o tema considere essa diferença para que análises mais aprofundadas e precisas possam explicar como essas duas agremiações funcionam no dia-a-dia do Congresso.

Segundo aponta PRANDI & SANTOS, 2017, a Bancada Evangélica surgiu no congresso durante a constituinte, em busca de uma maior representação e garantia de direitos para a igreja. Esse momento é marcado também pela ascensão dos políticos pentecostais no Congresso e na mídia, além do surgimento das grandes

igrejas e a aquisição da TV Record. Os políticos "de Cristo" têm como norte a igreja e Cristo nas suas votações, votando a favor de pautas que seguem os preceitos morais cristãos. Eles buscam formar coalizões com o presidente para garantir apoio político do Executivo.

Contudo, em uma situação que envolve escolha entre uma pauta moral e uma pauta importante para as suas denominações, percebe-se que, por meio da Teoria dos Jogos e utilizando o método *backwards Induction*, os políticos da Bancada se comportam de maneira estrategista ao optar por apoiar a igreja e não pautas de valores morais.

O resultado obtido por meio do estudo de caso aqui exposto é limitado porque ele é fruto de uma análise de caso em que não temos movimentos claros e registrados de todos os jogadores, além disso, aqui é analisada apenas a votação de uma matéria. Para uma conclusão mais precisa acerca da prioridade da bancada durante seu voto, seria preciso observar a posição desse importante player em mais votações. Assim, esse trabalho serve de base para que novas análises políticas surjam, também para que acadêmicos da ciência política conheçam e utilizem a teoria dos jogos e o método do jogo sequencial, como a ferramenta poderosa que é.

"Concluo que não se devem abolir as loterias.
Nenhum premiado as acusou ainda de imorais."
(ASSIS, *Dom Casmurro*, 2016, p. 94)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Sérgio H. H. de. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **dados -- Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro. v. 31, n. 1, 1988. pp. 5-34. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4251415/mod_resource/content/1/AbranchesSergio%281988%29_PresidencialismodeCoalizao.pdf. Acesso em: 17 fev. 2023.

ARAÚJO, Suely M. V. G. de; SILVA, Rafael S. Frentes e bancadas parlamentares: uma proposta teórico-metodológica e de agenda de pesquisa. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 10., 2016, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos [...]**. Rio de Janeiro: ABCP, 2016. p. 1-29. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/6517>. Acesso em: 17 fev. 2023.

ASSIS, Machado de. **Dom Casmurro**. 1ª ed. Penguin & Companhia das Letras, 2016.

CAMPOS, L. Os “políticos de Cristo” – uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil. In: XXVI ANPOCS, 2002, Caxambu. **Anais eletrônicos [...]**. São Paulo: 2002. p. 1-30. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-26-encontro/gt-23/gt18-19/4486-lcampos-os-politicos/file>. Acesso em: 17 fev. 2023.

CASCIONE, Silvio R. S. **Institucionalização e influência das frentes parlamentares no Congresso brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) — Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília. Brasília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/31903>. Acesso em: 17 fev. 2023.

DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. **Radiografia do novo Congresso: legislatura 2019–2023**. Brasília, 2018. Disponível em:

<https://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/category/13-radiografia-do-novo-congresso>. Acesso em: 17 fev. 2023.

GONÇALVES, Rafael B. **O discurso religioso na política e a política no discurso religioso: uma análise da atuação da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados (2003-2014)**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/15502>. Acesso em: 17 fev. 2023.

PAGODINHO, Zeca. Zeca Pagodinho: ‘Passei por uma depressão braba, não queria levantar’. Entrevista concedida a Cleo Guimarães. **Veja Rio**, 06 mar. 2020. Disponível em: <https://vejario.abril.com.br/beira-mar/zeca-pagodinho-depressao/>. Acesso em: 17 fev. 2023.

PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan W. dos. Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 20, n. 2, 2017. pp. 187-214. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/GGc54bzbNRHfcQGMnnQmfmx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 fev. 2023.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis; MADEIRA, Rafael Machado. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. **Opinião Pública**, v. 24, p. 486-522, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/fb7t4KkpVsJfvHwgLnf3wxS/?lang=pt>

RAMOS, Ana P. Com racha entre evangélicos, Câmara deve aprovar legalização dos jogos de azar em troca de isenção de IPTU a igrejas. **YAHOO! Notícias**, 17 dez. 2021. Disponível em:

<https://br.noticias.yahoo.com/camara-deve-aprovar-legalizacao-dos-jogos-de-azar-e-m-troca-de-isencao-de-iptu-a-igrejas-133346056.html?guccounter=1>. Acesso em: 17 fev. 2023.

RODRIGUES-SILVEIRA, Rodrigo; CERVI, Emerson Urizzi. Evangélicos e voto legislativo: diversidade confessional e voto em deputados da bancada evangélica no Brasil. **Latin American Research Review**, v. 54, n. 3, p. 560-573, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.25222/larr.449>

SANTOS, Rodrigo; SAMPAIO, Thiago. Análise do comportamento da Frente Parlamentar Evangélica no Brasil (2011-2015). **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 6, n. 2, 2015. pp. 200-21. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/42700>. Acesso em: 17 fev. 2023.